

INTERDIÇÃO NO DISCURSO, PODER E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO CONTO *A ESCRAVA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

RIO, Ana Carla Carneiro¹

Carlariolit@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás-UFG

FERNANDES JÚNIOR, Antônio²

Universidade Federal de Goiás-UFG

tonyfer@uol.com.br

Resumo: Este trabalho tem como *corpus* o conto *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis publicada na Revista Maranhense em 1887, narrativa na qual os discursos são diretamente vinculados ao negro e a condição subalterna da mulher na sociedade oitocentista maranhense. Para a análise dessa narrativa, acionaremos os postulados teóricos de Michel Foucault pelo viés da Análise do discurso de linha francesa, por fornecer os subsídios teóricos para trabalharmos a narrativa literária, observando as condições de produção que possibilitaram a emergência desse texto, bem como os aspectos ideológicos e históricos, os quais serão importantes para a construção do sujeito no conto em estudo. As noções de sujeito, relações de poder e interdição serão relevantes no processo de análise, pois, as marcas discursivas refletem-se nas posições que os sujeitos ocupam, definindo seu lugar no discurso e as relações de poder que direcionam quem está autorizado a dizer o que diz, para quem diz e as formas literárias e discursivas que agenciam esse dizer.

Palavras-chave: Interdição; Poder; Sujeito; A Escrava.

1 INTRODUÇÃO

O conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, foi publicado em 1887, vinte e oito anos após a publicação de seu primeiro romance intitulado “Úrsula”, obra pioneira no romantismo brasileiro³, por apresentar uma narrativa densa que problematiza as condições inferiores em que estavam submetidos os negros e as mulheres na sociedade oitocentista maranhense, que era patriarcal e escravocrata. A narrativa do conto está articulada em torno dos maus tratos que os negros sofriam, e apresenta como personagem principal a escrava Joana na figura da “louca”. Este artigo tem a finalidade de identificar as representações das formações discursivas e construção do sujeito, buscando relacionar as práticas discursivas realizadas pelo sujeito na superfície do texto, bem como observar as interdições nos discursos oriundos das relações de poder. O trabalho terá como aporte teórico a Análise do discurso francesa, porque possui base teórica e metodológica para se trabalhar as condições de produção dos discursos e refletir sobre as relações de poder que permeavam os discursos

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão- Centro de Estudos Superiores de Imperatriz.

² Professor da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

³ Essa discussão pode ser encontrada em Duarte (2009) e Muzart (2000).

propagados por uma mulher no século XIX, época em que os discursos eram interditados, sobretudo em relação a mulher e aos negros. Desse modo, observar os discursos em determinada época e relacioná-los com a análise do discurso, é de grande relevância para o entendimento dos processos históricos do passado. Nesse sentido, o conto “A escrava” fornece aspectos sociais que são demonstrados por meio dos relatos das personagens, lugar em que se identifica o silenciamento e apagamento do sujeito mulher e a construção desse sujeito, relacionados a aspectos culturais e sociais, observando as condições de produção que possibilitaram a emergência desse texto, levando em consideração os aspectos ideológicos e históricos, os quais serão importantes para a construção do sujeito no conto em estudo.

A narrativa inicia-se em um salão onde se encontram as pessoas de melhor posição da sociedade retratada no conto, que discutem sobre variados assuntos e, em um dado momento, trazem à tona o tema da escravidão. Logo em seguida, o narrador prolonga a narrativa para tematizar a submissão da mulher. Outra perspectiva a ser considerada, diz respeito a forma que o discurso sobre a mulher vai despontando na narrativa, seja por meio das personagens seja pelo narrador, pois, o conto é narrado por uma personagem apresentada apenas como “uma senhora”, demonstrando o lugar de onde ela fala e as condições de produção enfatizando o lugar “restrito” que envolvia a mulher no cenário político e cultural do século XIX. Ainda nos primeiros percursos da narrativa, a mulher é comparada com “uma tarde de agosto, tão bela como o ideal de mulher” (REIS, 2009, p. 241), ou seja, por meio desse discurso, percebe-se qual era o ideário feminino para a sociedade oitocentista maranhense.

O reflexo ideológico que o discurso literário apresenta funciona como um vetor de um posicionamento, como uma prática discursiva de sujeitos socialmente inscritos em condições históricas de produção, pois as relações de poder estão direcionadas ao sujeito e por ele produzidas. É desse lugar que a noção foucaultiana de discurso relacionada como valor de verdade dos enunciados, sempre aliados aos mecanismos de poder, alienação, coerção, proibição ou repressão, são realizados no discurso pelo sujeito através da história, é nesse sentido que a análise do conto toma percurso, pensando sujeito e poder em uma relação mútua.

O fato da narrativa de denúncia ser descrita por uma personagem intitulada “uma senhora”, estratégia repetida no conto, haja visto, o romance *Úrsula* publicado em 1859 ser escrito e intitulado por “uma maranhense”, enfatiza uma característica firminiana em que a mulher tinha seus discursos interditados pois, conforme Foucault (2006), o sujeito não tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, e não é qualquer um que poder dizer qualquer coisa; desse modo, as relações de poder da sociedade elegem o que pode ser dito e quem pode dizer a partir regras e/ou leis construídas historicamente (práticas discursivas).

O tema da escravidão mostra-se imperioso ao denunciar as mazelas cometidas contra os negros no Brasil. O negro no conto é visto sob a égide do preconceito racial e é tomado como um entrave social. Os discursos são preconceituosos e realizados em desajustes sociais e também em decorrência da condição social e econômica que seus personagens ocupam.

2 UM FIO DE ESPERANÇA

A narrativa do conto inicia-se em torno de uma conversa entre pessoas da “alta sociedade”, que tratam de assuntos variados e, dentre eles, uma senhora traz à tona o tema da escravidão.

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade e depois de versar a conversação sobre diversos

assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. O assunto era por sem dúvida de alta importância. A conversação era geral; as opiniões, porém divergiam. Começou a discussão. – Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionista; faz-me até pasmado como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! (REIS, 2009, p. 241)

Conforme o exposto acima, se pode observar a ideia da estratificação social e também as relações de poder, no qual se percebe o espanto de “uma senhora”, presente à reunião, com a continuidade da escravidão no Brasil em pleno século XIX. Ao delimitar o grupo de “pessoas distintas” e escravos (“elemento servil”), o texto deixa clara essa divisão social a partir do momento em que delimita, pelos enunciados presentes no mesmo, a divisão entre condição servil (escravos) e liberdade. É nesse contexto que uma senhora profere um discurso contra a escravidão, realizando um apelo discursivo entre o civismo e a religião, com o propósito de estabelecer e quebrar paradigmas sociais no que diz respeito à escravidão.

Um fio de esperança surge por meio do discurso desta “mulher”, que aparece na narrativa sem nome. Vale ressaltar que o texto foi publicado em 1887 um ano após a *lei áurea*⁴, tempo em que o discurso religioso silenciava entre apoiar ou não o fim da escravidão negra no Brasil, como pode ser percebido na narrativa, quando a personagem-narradora explicita que “A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira” (REIS, 2009, p. 241). O discurso em questão evidencia uma articulação de forças entre religião e a escravidão. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault (2012, p. 143) define discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Esses enunciados são definidos como as condições de existência, que é o lugar particular onde o sujeito realiza as práticas discursivas.

O discurso, assim entendido não é a forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e porque ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte histórico- fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações. (FOUCAULT, 2012, p. 143)

Sendo assim, os discursos possuem materialidade histórica, a realização do discurso depende das relações de poder, pois o sujeito que fala parte de um lugar que permite apropriar-se apenas do campo discursivo no qual está inserido. “O poder não é algo que alguém possa deter, ou que pode emanar de alguém, existe em relações de forças” (FERNANDES, 2012, p. 52). Conforme Foucault (2006), “o discurso é o espaço onde o saber e o poder se articulam, é controlado”, nessa perspectiva, a “senhora” que fala sobre a escravidão tem o seu dizer interdito, controlado com o que pode ser dito em um momento histórico em uma dada conjuntura.

Mais adiante, a proposta discursiva apresentada pela “senhora” em torno do discurso religioso como combatente da moral funciona como uma prática discursiva, que conforme Foucault (2012, p.143), não pode ser confundida “com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula, uma ideia, um desejo”

⁴ Lei sancionada em 13 de maio de 1888, pondo fim à escravidão de negros no país foi assinada pela princesa Isabel.

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizei-me: Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É Então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cancro que a destrói? (REIS, 2009, p. 241-242).

Trata-se de um discurso elaborado em torno da “consciência”, a partir de um discurso “apelativo” sobre a moral social “enfraquecida” pelo discurso religioso. Ainda em Foucault (2012, p. 144), tal prática discursiva realizada pelo sujeito consiste em regras que são “anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social”. Para Fernandes (2012), Foucault denomina o poder como uma instituição “que serve para manter determinadas relações de produção” (FERNANDES, 2012, p. 52). As práticas discursivas realizadas na superfície do texto mostram que as relações de poder são realizadas em diversos segmentos. A narradora preocupa-se em apontar dificuldades que os negros encontravam em uma sociedade escravagista e denuncia a instituição “escravidão” como um enunciado no qual as relações de poder são marcadas por posições sujeitos, e “essas posições são marcadas pelas relações de poder que se opõem (FERNANDES, 2012, p. 59)”, como pode ser observado no fragmento abaixo:

Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento de raças, estampa-se na frente de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer o estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... E depois, o caráter que nos imprime, e nos envergonha! O escravo é olhado por todos como vítima- e o é. (REIS, 2009, p. 242)

Ao narrar tal fato, fica nítido que o discurso materializado no conto assumirá uma posição antiescravagista, e que o sujeito discursivo⁵ está embutido em práticas discursivas que denuncia essa situação da sociedade oitocentista maranhense. A narrativa trata o assunto do negro a partir de uma perspectiva comprometida em denunciar as condições em que viviam e como eram visto na sociedade.

2.1 A interdição no discurso de “Uma mulher”

Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (2006), destaca que em toda sociedade a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”

⁵ Constituído na inter-relação, social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e constituído por uma heterogeneidade de discursos. (FERNANDES, 2008, p. 21).

(FOUCAULT, 2006, p. 08-09). O fato de o conto ser, em grande parte, narrado por uma personagem (“uma mulher”), a quem o narrador de terceira delega voz, demonstra uma subordinação feminina que é evidenciada pelo fato de a senhora não ter nome próprio. Desse modo, o que se percebe é uma luta em que o discurso feminino toma percurso sobrevivendo vagarosamente e sorratamente em relação aos preconceitos sociais e raciais, pois, a narrativa apresentada tem autoria feminina, a narradora é identificada como “uma senhora”, e o assunto em voga dizia respeito sobre o “ser” negro em uma sociedade declarada escravagista.

Percebe-se, durante a leitura do conto, uma busca de delimitar um espaço em que a mulher resiste, demonstrando seu papel e seu lugar na sociedade, com um discurso engajado e comprometido em recuperar uma posição contra a escravidão. Em 1887, ano da publicação do conto *A Escrava*, as mulheres ainda eram “interditadas” em relação às decisões políticas e sociais, a elas apenas cabia decidir sobre os “afazeres domésticos”. Portanto, tinham seus discursos silenciados. E isso fazia parte da realidade social daquele contexto pois, na sociedade oitocentista, esse apagamento social e literário correspondia à ordem da época, uma vez que, a realidade, nessa perspectiva faz parte de uma construção interessada que “nasce” das relações de poderes do que cada momento histórico define como realidade, instituindo papéis, silenciamentos, etc.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusiva do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 2006, p. 09)

Conforme Foucault (2006) existe em uma sociedade procedimentos como a exclusão e a interdição. Analisar os discursos da mulher a partir do seu apagamento-silenciamento, permite observar paradigmas de submissão que estão cristalizadas em uma dada sociedade, mais que isso, permite ultrapassar os discursos interditados que permeiam o ser feminino, pois, a partir do discurso elaborado na narrativa, pode-se observar as insatisfações femininas que são oriundas das relações de poder que estratificam a sociedade.

2.2 A proposta discursiva do ideário feminino no conto

A narrativa do conto vai adiante e a senhora que propõe o discurso antiescravagista, é interpelada por outras pessoas, com certo receio por proferir um discurso contra a escravidão. Diante disso, a personagem questiona: “O senhor, que papel representa na opinião social? O senhor é o verdugo – e esta qualificação é hedionda” (REIS, 2009, p. 242). Ao mesmo tempo em que o discurso feminino é rejeitado, ele consiste num discurso de luta. Segundo Foucault (2006, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O discurso apresentado na narrativa representa mais que denúncia pelos os maus tratos que os negros sofriam e a submissão feminina na sociedade brasileira, antes de tudo, evidencia uma luta pela quebra do patriarcalismo, regime proveniente das relações de poder.

Os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de

certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. (FOUCAULT, 2006, p. 22)

Partindo dessa perspectiva, tal discurso representa um “pontapé” em relação ao deslocamento dos discursos que seriam propagados a respeito das temáticas abolicionistas, e quem poderia discutir sobre tais assuntos, dando o direito de uma mulher também dizer sua opinião e afrontar com uma temática “rejeitada” na época.

Sem se levar em conta no século passado a perplexidade trazida pela publicação de um livro escrito por uma mulher, há que se considerar a importância da temática para este estudo ora apresentando, ressaltando-se que não se pretende pôr em questão a valoração da obra literária de Maria Firmina, mas tão somente estudá-la por ter sido um dos primeiros escritores do Maranhão a usar sua obra na imprensa para denunciar claramente a escravidão negra no Brasil, ou seja, por Úrsula ser “um romance onde humanava ao negro numa sociedade de senhores e de escravos” e “A Escrava” – às voltas da abolição, em 1887- a declarar as ideias abolicionistas pela presença de uma narradora- personagem a proteger escravos. (NAVAS, 1990, p. 24)

Essa questão é representada, no conto em análise, pela voz da mulher narradora/personagem (uma senhora), pela escrita de autoria feminina e por uma posição antiescravagista, temas polêmicos no século XIX.

Mais adiante na narrativa, a “senhora” argumentou “- Era uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem, melancólica, e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso” (REIS, 2009, p. 243). As imagens construídas pela sociedade no século XIX apresentam posturas em que a mulher é considerada frágil, dócil, e amável e tais características são observadas, segundo a “realidade” da época, como naturais do sexo feminino, assim como a submissão. Segundo Cabral Da Costa (2004), nos jornais de São Luís dessa época, especialmente os de caráter religioso, recreativo e literário, era comum a veiculação de ideias estereotipadas sobre as mulheres, os valores morais que deveriam desempenhar. Algumas ideias misóginas que destacavam a “natureza perigosa” das mulheres e que deveriam ser controladas pela submissão e obediência. Eram lhe exigidas, a imagem casta, para serem admiradas e reverenciadas como anjos, como sexo amável e encantador.

3 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Os enunciadores que assumem a forma de sujeito na narrativa têm suas vozes delegadas pela figura do narrador. Para este estudo, adotaremos o conceito de sujeito discursivo para analisar as posições que narrador e personagens assumem na narrativa. Entendemos por sujeito discursivo um sujeito percebido a partir do contexto histórico e ideológico, no qual sua fala será percebida por meio do discurso, dessa forma, a narrativa irá problematizar como se dá o funcionamento e construção do sujeito enquanto função enunciativa que re(des)vela posições sociais e ideológicas. Para Fernandes (2008), O sujeito discursivo é o resultado de uma simbiose entre a linguagem e a história, é proveniente de outros discursos, funciona como matriz de sentidos, por fim, é fonte de onde partem os discursos.

Nesse sentido, a narrativa caminha para um campo onde o sujeito é compreendido em um espaço coletivo. O narrador relata o momento em que se depara com uma situação lamentável sobre a temática da escravidão.

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho passou diante de mim, e como uma sombra desapareceu. Segui-a com a vista. Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande mouta de murta, e colocando-se no chão nela se ocultou. (REIS, 2009, p. 243)

Tal episódio marca um sujeito que existe em um espaço social, em um dado momento da história, compreendido a partir da materialidade discursiva. As vozes presentes a partir desse discurso mostram que algo inquietante irá ocorrer. Ainda em Reis (2009), “- Inferno! Maldição! Brandara ele, com voz rouca. Onde estará ela?[...]- Tu me pagarás- resmungava ele”(p.244). Em decorrência desse discurso, percebe-se que se trata de um “feitor” que procurava sua escrava. Mais que isso, demonstra a resistência do sujeito em relação aos maus tratos e a busca pela liberdade. O que se pode observar é que ocorre relações de poder entre os sujeitos, onde o *Suserano*⁶ tenta recuperar seu *vassalo*⁷. Conforme Fernandes (2012) “O poder é um exercício, um modo de ação de alguns sobre outros” e acrescenta ainda que, “a existência da liberdade é condição para existir o poder, uma vez que o exercício do poder é possível somente sobre sujeitos livres”. (FERNANDES, 2012,p. 57). O sujeito está inserido em uma rede de poderes, são eles que irão constituir os sujeitos, seja pela resistência ou submissão. No conto *A escrava*, o reflexo ideológico que o discurso literário apresenta funciona como um vetor de um posicionamento, como prática discursiva de sujeitos socialmente inscritos em condições históricas de produção.

Nessa perspectiva, o discurso é uma construção que compreende uma rede de signos que estão entrelaçados com outros discursos, e os significados provenientes do interior do próprio discurso, reproduzindo valores que permeiam na sociedade, pois, o discurso realizado pelo sujeito funciona como uma estrutura que reflete o imaginário social. As condições de produção presente na narrativa possibilitam a percepção das relações de poder e o lugar que os sujeitos ocupam no discurso, tal ponto nos leva a “enxergar” que o discurso de um sujeito determina sua posição social e demonstra a formação discursiva a que pertence.

Não viu, minha senhora, interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, - não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos há pouco? Uma negra que se finge de douda...Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego. Aquele homem de aspecto feroz era o algoz daquela pobre vítima, compreendi com horror. (REIS, 2009, p. 244)

Nesse sentido, conforme Foucault (1995, p. 243), os sujeitos em questão sempre passam pelas relações de poder, “é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações”. Michel Pêcheux (2009), em *Semântica e Discurso*, acrescenta que os sujeitos revelam através de seus discursos os lugares que ocupam. Isso ocorre devido à estrutura social passar por um princípio de hierarquias, na qual uma classe ocupa uma posição mais favorecida que outra, e sujeitos irão sobrepor sobre os outros. Nesse percurso, a narrativa do conto aponta para essa distinção

⁶ Senhor feudal que possuía feudos e outras pessoas dependiam dele para sobreviver;

⁷ Súdito de um suserano

entre sujeitos, o narrador destaca que tudo começou em uma conversação entre as pessoas mais “bem colocadas” da sociedade.

O sujeito se inscreve, se posiciona e é dessa forma que vai construindo uma identidade discursiva. Desse modo:

-Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procurar da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas deixa estar, eu te juro, será esta a derradeira vez que me incomodas. No tronco...no tronco: e de lá foge! Então, perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte da desgraçada, - foge sempre? – Sempre, minha senhora. Ao menos descuido foge. Quer fazer acreditar que é douda. (REIS, 2009, p. 245)

Nesse momento do conto, a narradora despista o “feitor” que tentava capturar a escrava, e informa outro caminho para que ele pudesse encontrá-la. Tal construção direciona o sujeito na voz do narrador, materializando um discurso contra a abolição, opressão e os maus tratos. Conforme Fernandes (2007, p. 32), “A identidade é apresentada como produto das novas relações sociopolíticas na sociedade”. O sujeito é construído na narrativa no interior dos discursos, os processos identitários são constituídos na posição que o sujeito ocupa em relações aos demais sujeitos com os quais se relaciona.

3.1 O sujeito construído a partir da figura do escravo “Gabriel”

Gabriel (filho de Joana, a escrava procurada, e escravo também), adentra na narrativa causando uma inquietação na narradora que “escondia” a escrava fugitiva. “quando um homem rompendo a espessura, apareceu ofegante, trêmulo e desvairado. Confesso que semelhante aparição causou-me um terror imenso” (REIS, 2009, p. 246). Logo em seguida, a narrativa aponta para um engano por parte do narrador em relação ao ermo, pois, sinais da escravidão e maus tratos estavam presentes em Gabriel. “Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era franca, e agradável. O rosto negro, e desencarnado”. (REIS, 2009, p. 247). Sobre os maus tratos e as manifestações irregulares de poder, em *Vigiar e Punir*, Foucault (2007), diz que o castigo não pode ser comparado aos extremos de uma raiva sem lei.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente exasperação de uma justiça que, esquecendo de seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (FOUCAULT, 2007, p. 32)

Nesse sentido, o que se questiona não é o corpo do escravo “Gabriel”, mas o sujeito materializado no discurso que, da forma apresentada na narrativa, condicionam uma “visão” das condições do negro na sociedade oitocentista maranhense em seu contexto histórico, político e ideológico. “O castigo sobre o corpo é aplicado visando atingir o sujeito e não uma individualidade corpórea”. (FERNANDES, 2012, p.60). Assim sendo, o castigo aplicado ao

escravo representa uma prática discursiva recorrente na época, onde os feitores castigam um escravo para que tal prática pudesse servir de exemplo para outros escravos, no sentido da não obediência.

Longe de lhe ser hostil, o pobre negro compreendeu que eu ia talvez minorar o rigor de sua sorte; parou instantaneamente, cruzou as mãos no peito, e com voz súplice, murmurou algumas palavras que eu não pude entender. [...] Quem és filho? O que procuras? – Ah! Minha senhora, exclamou erguendo os olhos ao céu, eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido. [...] Aquele homem é um tigre, minha senhora, - é uma fera. – Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele encontrar. (REIS, 2009, 248).

A denúncia realizada através dos sujeitos e suas práticas discursivas nos levam a entender a crueldade período escravagista no Brasil. Compreendendo a escravidão como uma instituição nacional, que penetrou o ideário nacional condicionando as formas como os sujeitos agiam. Tal análise nos faz constatar que o preconceito ultrapassou o ano de 1888 e chegou modificado na atualidade.

Entendendo que a senhora em questão salvara sua mãe, Gabriel destoa um discurso de agradecimento. A senhora, porém, entendia a gravidade de seu ato. Mas não hesitou em ajudar mãe e filho. “Eu bem conhecia a gravidade do meu ato: - recebia em meu lar dois escravos foragidos, e escravos talvez de algum poderoso senhor; era expor-me à vindita da lei; mas em primeiro lugar o meu dever, e o meu dever era socorrer aqueles infelizes”. (REIS, 2009, p. 251).

Desse modo, fica evidente que um dos discursos principais da narrativa volta-se para a luta contra o preconceito, tematizando o negro sob o ângulo do oprimido e dotado de bons valores e sentimentos, além da denúncia contra os maus tratos, etc.. A narrativa deixa clara a advocacia do narrador-personagem em prol da liberdade.

3.2 O Discurso da “senhora” e a construção do sujeito “Joana”

Com o discurso engajado, combatente à escravidão, a senhora faz especulações sobre as leis que existiam no Brasil. “Sim, a vindita da lei; lei que infelizmente ainda perdura, lei que garante ao forte o direito abusivo, e execrando de oprimir o fraco”. (REIS, 2009, p. 251). Para Foucault (1988):

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros ou falsos a maneira como se sancionou uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o eu funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1988, p.12)

Foucault (1988) afirma que a verdade marca as relações de poder e é condição de formação e desenvolvimento do capitalismo, pois, os dispositivos de verdade dependem do funcionamento dos enunciados; assim, o que é verdade para alguém pode não ser para outrem, e isso depende dos juízos de valor que são atribuídos pelo sujeito em torno da verdade, que para ele não são verdadeiros e nem falsos.

O olhar foucaultiano direciona este estudo na medida em que a sociedade oitocentista maranhense é vista sob o discurso que se inscreve nos dizeres apresentados pelo narrador-personagem no conto *A Escrava*. O conto nos apresenta uma sociedade que tem um regime de verdade pautado no discurso escravagista e patriarcal, e que os discursos tomados como verdadeiros se fazem e funcionam como tal. Porém, tais regimes de verdades, ainda que cristalizados, sofriam mudanças ao longo da narrativa, apontando para um discurso passível de transformações. Essas práticas discursivas sobre as leis que circulavam no país, marcam um acontecimento histórico de uma sociedade e vai adquirindo novas formas, pois, os fatos históricos ganham novos percursos. Isso é percebido através das práticas discursivas realizadas pelos sujeitos e inscritas na superfície do texto.

Outro aspecto importante a se observar na construção do sujeito na personagem escrava Joana, diz respeito à “loucura”. Inconformada com a situação que vivia, e tendo dois de seus filhos sido vendidos quando crianças pelo mesmo feitor, Joana tem o seu discurso pautado no inconformismo e resistência contra a opressão sofrida. Por esse motivo é considerada como louca na avaliação do seu senhor. Strathern (2003) faz um breve relato sobre a vida de Foucault e afirma que ele apresentava uma postura frente à loucura como uma questão de percepção e práticas sociais. E acrescenta que todos aqueles que iam contra as verdades estabelecidas pela sociedade eram considerados loucos. Desse modo, para pensar o sujeito através da personagem escrava Joana, deve se considerar sua resistência e o que a sociedade tomava como loucura. A narrativa se encerra com a morte da escrava Joana, e com os discursos da senhora pautado na luta contra a abolição enfrentando feitor e alforriando o escravo Gabriel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar a construção do sujeito, interdição no discurso e as relações de poder a partir de um arquivo literário como o conto *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis, permite analisar um lugar, o momento histórico e as práticas discursivas da sociedade oitocentista maranhense. O conto reúne sentidos, acontecimentos que nos levam a percepção do sujeito e a sua constituição, compreendendo os discursos e enunciados através da articulação entre o discurso e a história.

O sujeito discursivo analisado no conto em questão representa a construção ideológica, histórica e cultural da sociedade oitocentista maranhense, que almeja o fim da escravidão. Os posicionamentos dos sujeitos são analisados por meio das práticas discursivas realizadas na base do texto literário. As construções desse sujeito são de origem das relações de poder e percebidas através do discurso.

Nesta análise fizemos alguns apontamentos da Análise do Discurso na literatura, demonstrando as formações discursivas e seus funcionamentos, bem como a constituição do sujeito partindo das relações de poder que interditam o discurso estabelecendo o momento de se realizar uma prática discursiva, de que maneira pode ser dita e quem pode realizar tal prática.

Os postulados teóricos de Michel Foucault foram relevantes para a realização deste trabalho, pois ao afirmar em *A ordem do discurso* (2006, p. 50), que em nossa sociedade ocorrem discursos desordenados com facetas distintas, acontecimentos silenciados e para analisarmos em suas condições de produção é necessário “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender enfim, a soberania do significante”. Portanto, a análise apresentada buscou refletir sobre a construção dos sentidos discursivos localizados em uma conjuntura histórica na sociedade oitocentista maranhense às

vésperas da “abolição” da escravidão, por meio das posições ocupadas pelos sujeitos no discurso.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Editorial presença. Martins Fontes, 1992.

CABRAL DA COSTA, Wagner da. **História do Maranhão: Novos Estudos**. São Luís. Edufma, 2004.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afrobrasileira**. Posfácio, Úrsula. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; ALVES JUNIOR, José Antônio (Org). **Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas**. São Carlos: Claraluz, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. Apresentação de Vanice Sargentini. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **O Sujeito e o Poder**. In RABINOV, Paul. DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica- para além do estruturalismo e da Hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995,

_____. **A ordem do discurso**. 11.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 2007. 262p.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luiz: COCSN, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In MUZART,Z. L. (Org). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

NAVAS, Luzia Garcia do Nascimento. **O negro na literatura maranhense**. São Luís, Academia Maranhense de Letras, 1990. 104p.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; A Escrava** / Maria Firmina dos Reis; atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. Tradução, Cassio Boechat; consultoria Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.